

Revista Servidor



ANO I / Nº 3 / ABRIL DE 2017



Em Brasília, representantes do MUSPE acompanham tramitação do projeto de ajuste fiscal para os estados e esclarecem os deputados sobre as graves perdas para os servidores. O movimento apresentou, ainda, alternativas para que o Rio de Janeiro saia da crise gerada pelo governo Pezão.

PLP 343 NÃO É A SOLUÇÃO

Projeto de recuperação fiscal não resolve endividamento

PÁGINAS 6, 7 e 8

Diretoria acompanha comissões sobre teletrabalho e assédio moral da PGJ

Raphael Carvalho
(Vice-presidente da Assemperj)

Ao assumir o Conselho Diretor da Associação, a Chapa Assemperj Unida encontrou uma postura bastante positiva do recém-eleito Procurador Geral de Justiça, Eduardo Gussem.

Desde a cerimônia de posse do Conselho Diretor, que contou com a presença do então futuro PGJ, já se desenhava a retomada do diálogo da chefia institucional com os servidores, que desde 2015 encontravam as portas do gabinete sempre fechadas.

Tal tendência de reconhecimento e abertura foi confirmada pelo convite feito ao presidente da Associação, Flávio Sueth, para integrar a mesa de outra cerimônia de posse, desta vez a do próprio Dr. Gussem, em fato inédito, e ainda pelo compromisso de receber a representação dos servidores em reuniões ordinárias, a se realizarem sempre na primeira semana do mês, sendo prontamente determinado pelo PGJ o lançamento dos encontros em sua agenda “até o final de 2018”.

Desde o primeiro momento, Eduardo Gussem deixou claro que, diante da grave situação finan-

ceira do Estado, teria muita dificuldade em atender os pleitos que implicassem no incremento de despesas, mas que estaria aberto aos que pudessem ser atendidos sem custos.

Neste cenário, a Associação continuará a atuar para garantir as revisões necessárias para a manutenção das condições de vida e trabalho dos servidores, conforme pleito já formulado e pendente de conclusão, seja através da correção dos salários, corroídos pela inflação de três anos consecutivos sem reajustes, seja pela atualização dos benefícios, que padecem do mesmo problema.

No entanto, diante da abertura do PGJ e do compromisso de atender aos pleitos que não onerariam os cofres do MP, a Associação elegeu como pontos importantes para atuação a regulamentação do teletrabalho e o combate ao assédio moral. Desde a primeira reunião, a Administração se comprometeu com esta regulamentação.

CONTINUA NA PÁGINA 4



FLÁVIO
SUETH

Editorial

PLP 343/17, ou melhor, a tragédia anunciada!

O governo do “presidente” Temer se movimenta para aprovar o chamado Plano de Recuperação Fiscal dos Estados (PLP 343/17) que, na prática, dificulta ainda mais investimentos em saúde, educação e segurança, no cenário de caos que vive o Estado do Rio de Janeiro. O Projeto também afeta decisivamente os servidores na medida em que impedirá reajustes, progressões na carreira, extingue licenças-prêmio e triênios, dentre outros. Os servidores, que já amargam um longo arrocho salarial e de benefícios, terão o poder de compra ainda mais corroído pela inflação.

Além disso, o mais dramático é a proposta de aumento da previdência: se aprovada, obrigará os estados participantes do acordo a aumentar a alíquota previdenciária dos seus servidores para 14%, no mínimo, com a possibilidade de uma quota extra de mais 8%. Com isso, os descontos previdenciários dos servidores dos estados que aderirem ao projeto **podem chegar a 22%**. Pezão, inclusive, não esconde de ninguém que o aumento para 14% não seria suficiente para equilibrar o Rioprevidência, como o Muspe divulgou.

Ressaltamos que o projeto institui uma “INTERVENÇÃO FEDERAL INDIRETA”, pois o Estado perderá, quase que de modo absoluto, sua autonomia federativa, pois ficará adstrito ao controle de conselho de supervisão do acordo que atuará como uma espécie de “FMI” federal.

Dados apontam que uns dos principais problemas geradores da crise foi a explosão do endividamento de forma temerária do Estado do Rio de Janeiro a partir de 2012/13, resultado de grandes investimentos em geral para eventos de impacto nacional, como a Copa e as Olimpíadas.

Ademais, o Estado tem uma economia “oca”, pois se baseia majoritariamente em Royalties do petróleo e não no desenvolvimento econômico mais amplo. Com afirma o economista Bruno Sobral (Uerj), o acordo de recuperação fiscal “*Não articula qualquer plano de desenvolvimento nacional nem reserva nenhuma parte do orçamento federal para enfrentar a questão. Apenas se está flexibilizando algumas condições como credor financeiro, autorizando o governo estadual a antecipar receitas em troca de vender patrimônio e se endividar em uma situação fiscal mais arriscada. Sem alterar a estrutura de endividamento, revela-se uma chantagem institucional, porque, caso contrário, a justiça autorizará mais arrestos e bloqueios sem questionar os graves efeitos socioeconômicos.*”

Por isso, é fundamental nacionalizar o debate sobre a crise no Rio para que a União faça o seu papel e redefina a questão tributária, atualize os valores pagos em Royalties, faça os repasses voluntários e o encontro de contas dos débitos referentes à lei Kandir, dentre outras medidas. Sem resolver os problemas estruturais, daqui a três anos como será?

Assemperj realiza visitas a Campos e Itaperuna

No dia 7 de abril, a diretoria da Assemperj esteve nos centros regionais de Apoio Administrativo (CRAAIs) de Campos e Itaperuna. As visitas reuniram cerca de 60 servidores dos dois centros que destacaram a importância desses encontros com a direção da Associação para que haja debate sobre os temas que afetam a categoria como a atual crise do Estado do Rio. Na ocasião, os servidores discutiram a realização da festa de final de ano de 2017 e algumas ideias foram apresentadas, como a promoção de festividades na capital e também no interior.

Ao final, representantes da Analítica Seguradora apresentaram o convênio com a operadora de Saúde Amil. Entre outros esclarecimentos, foi informado que os novos associados, incluindo cônjuges e filhos, têm 30 dias para migrar para os planos da seguradora sem nenhuma carência. Veja mais sobre os convênios no site da entidade www.assemperj.org.br.

EXPEDIENTE



ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Travessa do Ouvidor, 38, 2º andar. Centro Rio de Janeiro RJ CEP: 20040-040 / (21) 2550-9130 e 2220-9763

CONSELHO DIRETOR: **Presidente:** Flávio Sueth Nunes - **Vice-presidente:** Raphael Francisco Leite Pinto de Carvalho - **Secretária Geral:** Christiane Pinheiro
Diretoria Jurídica: Aline Cícero
CONSELHO DELIBERATIVO: Aline Ferreira Faria - Maria da Glória Araújo Amaral - Ricardo Arouca Cleaver CONSELHO FISCAL: Carlos Augusto Brizzante Gonçalves - Jairo Darella - Ricardo Souza Matos



Edição e texto: Manuella Soares (JP 31684RJ)
Produção: Nourrau Comunicação e Assessoria
ms.manusoares@gmail.com
Ilustração: Aliedo Kammar
Fotos: Assemperj
Tiragem: 3.000 exemplares



Assédio moral pode causar Burnout, a doença do esgotamento profissional

MANUELLA SOARES*

Entre os diversos transtornos psíquicos que acometem milhões de pessoas no mundo, a Síndrome de Burnout, ou Síndrome do Esgotamento Profissional, não é uma doença que tem sua causa individualizada. É, na verdade, um fenômeno psicossocial. Sua principal característica é o esgotamento físico e mental do indivíduo em função de assédio e relações estressantes no ambiente de trabalho.

A doença pode se manifestar das formas mais variadas. Desde o isolamento dos colegas, fobia do ambiente de trabalho, apatia diante das tarefas, desinteresse, cansaço extremo, dores no corpo, tristeza até, contraditoriamente, a quadros de produtividade extrema ou sensação de onipotência. É o caso dos chamados “workaholics”.

Muitas vezes, o trabalhador nem sabe que está doente. Geralmente só percebe quando procura ajuda profissional por alguma somatização: dores no corpo, fadiga ou outras queixas.

Quase sempre a busca por ajuda acontece quando o sofrimento psíquico chega a um grau de despersonalização que começa a afetar não só as relações no trabalho como no ambiente familiar ou social “O indivíduo não vê mais a necessidade do outro”, diz o psicólogo do Centro de Estudos de Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana (Cesteh), Leandro Gouget.

De acordo com Leandro, cada pessoa responde ao tratamento psicológico, e também à medicação, de acordo com a capacidade de seu aparato psíquico. “Com a síndrome de burnout, a realização de cada tarefa exige uma energia extrema do aparelho psíquico do profissional.” O grau de resistência a essa perda energética varia de um trabalhador para outro e vai determinar quem adocece e quem resiste ao esgotamento sob as mesmas pressões e condições no ambiente de trabalho.

Produtividade e metas na raiz do problema

O modo de organização que tem predominado no setor privado é o da produtividade por metas. E este modelo tem sido amplamente difundido no setor público: a busca por mais resultados no menor espaço de tempo e com o menor custo para as empresas, no caso do serviço público, nos órgãos e instituições de todas as esferas. O aumento da carga de trabalho promovida por uma gestão focada em metas pode adoecer qualquer um.

Limitar a potencialidade também adocece

Uma situação comum pela qual passam os que sofrem de burnout são empregadores ou chefes que impedem que o funcionário exerça sua capacidade de trabalho de forma plena ou o desvia de função sem sua concordância. A impossibilidade de progredir ou ascender, as relações conflituosas com colegas - levados a competir entre si pelo modelo de gestão adotado -, além do alto nível de exigência para atingir metas, muitas vezes impossíveis, são outros relatos comuns aos que adoecem.

“O trabalho nunca é indiferente ao homem. Ou ele vai adoecer ou vai produzir saúde”, diz o psiquiatra e psicanalista Philippe Dejours, uma das referências internacionais no

estudo das doenças do trabalho, segundo Leandro. O psicólogo chama a atenção para o caráter coletivo do enfrentamento às doenças do trabalho.

Segundo o especialista, é preciso perceber que os sintomas do transtorno são individualizados, mas suas causas não. São sempre de ordem gerencial e de responsabilidade do empregador ou empresa. “O enfrentamento à doença passa pelo tratamento terapêutico, pelo suporte da família, amigos e a criação de novos vínculos afetivos e até profissio-

nais. Mas também pelo debate entre os profissionais, instituições de saúde e entidades representativas dos trabalhadores sobre os modelos de gestão que estão adoecendo as pessoas”.

A síndrome de Burnout está descrita na Classificação Internacional de Doenças (CID10), versão 2010, pelo código Z73.0 Burn-out (estado de exaustão vital) e é juridicamente válida para que o trabalhador tenha direito ao afastamento por licença saúde ou seja indenizado em caso de demissão.

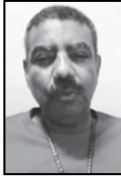
Uma vez provada a doença e onexo causal com o trabalho, o empregado terá reconhecido pela Justiça do Trabalho o direito ao afastamento para tratamento, indenização pelos gastos que tiver, pensão por eventual incapacidade para trabalhar, além de indenização por dano moral.

O laudo tanto do terapeuta como do médico psiquiatra são fundamentais para provar o nexo causal da doença. No caso da licença pelo INSS, muitas vezes são necessários vários laudos até que o perito se convença do estado do trabalhador e da necessidade de tratamento. Ainda que tenha sido negado o direito a licença pelo INSS, o trabalhador pode recorrer à Justiça do Trabalho e, nesse caso, utilizar os laudos técnicos.



*Jornalista

Publicado originalmente em www.diariodorioonline.com.br



PAULO LINDSAY

COORDENADOR DA AUDITORIA CIDADÃ DO RIO DE JANEIRO

Opinião

CONTRA-REFORMAS E A AUDITORIA DA DÍVIDA

Vivemos um grande paradoxo no Brasil. De um lado o Brasil real com suas potencialidades e riquezas; Maior reserva de Nióbio do mundo; Terceira maior reserva de petróleo; Maior reserva de água potável do mundo; Maior área agricultável do mundo; Riquezas minerais diversas e Terras Raras, Riquezas biológicas: fauna e flora - Extensão territorial e mesmo idioma - Clima favorável - Potencial energético, industrial e comercial. Riqueza humana e cultural.

Do outro lado um clima de escassez - crises econômicas seletivas, desindustrialização, queda na atividade comercial, desemprego, perdas salariais, privatizações e encolhimento do PIB. O que leva à crise social, política e ambiental.

Diante desse cenário macabro criado pelo governo, a única solução possível apontada é um Novo Ajuste Fiscal, onde a partir das condicionalidades do sistema financeiro e seus principais organismos (FMI, BIRD, Agência de Risco e etc) subjugam e capturam a nação brasileira e seu povo, através da sua principal ferramenta, a "DÍVIDA PÚBLICA", impondo as contrarreformas (previdenciária - trabalhista - assistencial - educacional e de saúde) com objetivo de realizar o enxugamento do orçamento primário na União, impondo o teto rebaixado por 20 anos e garantir o pagamento do acordado pelo Congresso Nacional, como disse o Ministro Henrique Meireles, aprovando na Lei Orçamentária Anual LOA/2017 para o serviço da dívida pública (juros/encargos e amortização) a quantia de R\$ 1,722 trilhões ou R\$ 4,7 bilhões diários.

Com a aprovação da PEC 55/2016, hoje EC 95/2016, esse teto no orçamento primário serve para impedir o crescimento do Brasil. Ao mesmo tempo, garantir na constituição que o orçamento não primário (juros/encargos/amortização e refinanciamento da dívida pública) estará liberado pelos próximos 20 anos, mesmo que haja uma guinada na economia e o PIB cresça substancialmente nesse período. Esse crescimento não poderá ser utilizado em benefício da sociedade brasileira, mas deverá ser destinado integralmente ao sistema financeiro rentista, através do pagamento do superávit primário.

Diante desses dois cenários - riquezas/potencialidades e escassez - os números da economia apresentados pelo governo não batem. Quando o governo Dilma apresenta um déficit fiscal de R\$ 111 bilhões e logo após acontece o golpe do TEMER, esse governo golpista apresenta um déficit fiscal ainda maior de R\$ 170 bilhões.

Ao consultarmos o site da Transparência Brasil - CGU, constatamos uma Receita Bruta de R\$ 2,748 trilhões, em 2015. Ao consultar o site do Senado Federal - SIAFI, nos deparamos com as Despesas Executadas em 2015, na ordem de R\$ 2,267 trilhões. Com uma simples conta, receitas menos despesas, alcançamos o seguinte resultado: R\$ 481 bilhões.

Diante dessa realidade constatamos que o ajuste fiscal e todas as contrarreformas estão sendo utilizados como ferramenta para garantir a lucratividade do grande capital rentista, colocando uma trava nos investimentos sociais, previdencial, trabalhista e assistencial para garantir a lucratividade do grande capital rentista em detrimento do povo. Até a presente data no portal do Senado Federal podemos constatar o privilégio que o governo federal têm dedicado ao serviço da dívida. Das despesas executadas pelo governo federal em 2017, aproximadamente R\$ 674 bilhões, R\$ 408 bilhões foram para dívida pública. O equivalente a 64% do total. Quem destinará até o final de 2017 à dívida pública R\$ 1,722, não pode estar quebrado. Estamos sendo enganados?

Diretoria acompanha comissões sobre teletrabalho e assédio moral da PGJ

Quanto ao assédio moral, temos a lei estadual 3.921/02 que o conceitua e estabelece punições. Mas como se entende que sua aplicação reclama a regulamentação, providência pendente desde 2002, a lei não tem eficácia.

A Assemperj, atendendo a pedido do PGJ, protocolou documento com as sugestões adotadas em reunião aberta com os servidores, e entende que o problema do assédio moral no trabalho deve ser abordado por três vertentes: a preventiva, a conciliatória e a repressiva. Em reunião realizada no dia 03 de abril, em que representavam a Administração o Chefe de Gabinete do PGJ, Dr. Virgílio Stavridis e Secretário-Geral, Dr. Dimitrius Gonçalves, obtivemos a informação de que o documento está tramitando perante os órgãos de praxe e, em breve, teremos sua publicação.

Já no que toca ao teletrabalho, na mesma reunião, os representantes da Administração comunicaram que os trabalhos da comissão instituída para a elaboração da minuta de resolução a ser submetida ao PGJ tinham se desenvolvido em determinado sentido que, posteriormente, se mostrou inconveniente. Assim, seria solicitada ao PGJ a prorrogação do prazo para conclusão dos seus trabalhos.

Na ocasião, foi ressaltado o cuidado com que o instituto do teletrabalho está sendo tratado, para evitar eventual desgaste devido a uma implantação precipitada.

A Associação, mais uma vez se colocou à disposição para apreciar a proposta de resolução em conjunto com a Administração, o que foi rechaçado, não obstante haja o compromisso do PGJ em não adotar qualquer resolução sobre o tema sem oportunizar a apreciação pela entidade de representação dos servidores.

Além disso, foram levantadas vantagens que sobressaem da mera adoção do regime de trabalho a distância, por si só, como a economia de recursos que geraria para o MP no auge da crise financeira do Estado e a melhoria da qualidade de vida dos servidores, poupados de longos deslocamentos para chegar ao local de trabalho, e de suas famílias, sem contar os benefícios para a cidade, no que toca à melhoria da mobilidade urbana pela mera diminuição do fluxo de pessoas.

Neste ponto, a Assemperj, apesar de ter colhido dados sobre outros órgãos que já aderiram ao regime, identificando vantagens, desvantagens e incompatibilidades com a realidade do MPRJ, se vê impossibilitada, por ora, de apresentar uma proposta concreta, pois o tema teletrabalho está pendente de definição dos critérios a serem adotados, sem indicação de diretrizes claras a orientá-lo, tanto no âmbito da comissão, quanto no âmbito do gabinete do PGJ.

"O ajuste fiscal e todas as contrarreformas estão sendo utilizados como ferramenta para garantir a lucratividade do grande capital rentista, colocando uma trava nos investimentos sociais".



WALLACE MARTINS
PROFESSOR DE DIREITO PENAL

Opinião

ASPECTOS JURÍDICOS E ECONÔMICOS DA OPERAÇÃO LAVA-JATO

A operação Lava-Jato é tida e havida como um marco no combate à corrupção no Brasil.

Cansados com os desmandos dos políticos e dos empresários, a população aplaude prisões que aparecem na mídia nacional e internacional.

De fato, a mencionada operação consegue processar seres humanos que jamais imaginariam estar na situação em que se encontram. De quebra, a Lava-Jato consegue repatriar bens e dinheiro dos envolvidos na eventual empreitada criminosa.

Seria tudo perfeito, não fosse o aviltamento das mais basilares garantias processuais que todo acusado deveria desfrutar. No iter criminoso, no momento do delito, deve a vítima ser protegida. Durante o inquérito e o processo, é o acusado que deve ser cercado de garantias processuais.

Se há indícios de cometimento de crime, o réu deve defender-se com a mais ampla possibilidade de defesa.

Uma das mais perniciosas situações ocorridas no seio da operação é a quantidade de prisões temporárias e preventivas decretadas ao arripio do Código de Processo Penal, além das famigeradas conduções coercitivas.

Nunca é demais lembrar: no estado de direito a regra é a liberdade; a prisão cautelar a exceção. Ainda que a prisão provisória esteja ancorada em fundamentos sólidos e que seja necessária, nunca uma prisão sem a formação completa da culpa vai deixar de ser medida dramática e odiosa.

Nessa operação, diversas pessoas estão sendo custodiadas somente para que participem do programa de colaboração premiada, vulgarmente conhecida como delação premiada. Prende-se o sujeito com o objetivo de que se possa entregar seus possíveis comparsas.

É muito questionada a colaboração. Primeiro, em função de o delator poder estar mentindo. Segundo, e mais importante, pelo fato de se utilizar a mais dramática, aguda e penetrante das intervenções estatais para ceifar a liberdade de alguém somente para que possa arrancar, à força, a delação.

A Polícia Federal, o Ministério Público Federal e principalmente o juiz federal Sérgio Moro estão exagerando em suas atribuições.

Devemos primar pelo processo penal justo e democrático, em que se possa investigar, processar e julgar eficazmente, mas que não se destrua garantias processuais tão dificilmente granjeadas.

Outro ponto importante – e deletério – da operação é a destruição parcial, porém significativa, da economia nacional.

Com a prisão de diversos diretores das companhias, muitas empresas estão quebrando e os trabalhadores estão perdendo os seus empregos. Em alguns casos, não só o presidente da empresa está sendo detido, mais uma dezena de seus diretores e acionistas.

Em qualquer lugar do mundo em que se possa divisar operações desse jaez, as empresas continuam a funcionar regularmente, sem que ocorra abalo na vida dos trabalhadores e na economia do país.

Em 2015, a retração do Produto Interno Bruto foi de 3,9%, sendo que no ano seguinte foi de 3,5%. As previsões mais otimistas dão conta de que o crescimento do PIB para este ano não alcançará sequer 1%.

A operação Lava Jato tem significativa responsabilidade neste fato.

"Nunca é demais lembrar: no estado de direito a regra é a liberdade; a prisão cautelar a exceção."



Não renove ou contrate seu seguro sem nos consultar.

www.analiticaseguros.com.br
(21) 3747-1829



Em Brasília, Muspe conversa com Rodrigo Maia e Pezão sobre a situação fiscal do Estado



E BUSCA SOLUÇÃO QUE NÃO PREJUDIQUE A

Nos dias 10 a 11 abril, uma comissão de servidores representando o Movimento Unificado dos Servidores Públicos Estaduais (Muspe) acompanhou, em Brasília, a votação do PLP 343/17, do governo Temer, que estabelece uma moratória para os estados super endividados de até três anos nas dívidas com a União em troca de medidas que alteram o estatuto do regime público e impõem uma série de perdas ao funcionalismo.

Logo no primeiro dia no Congresso, o Muspe entregou ao presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM/RJ), um documento manifestando a opinião dos servidores sobre o projeto e propondo alternativas que não penalizem o setor público.

Em documento entregue ao presidente da Casa, os servidores apresentaram propostas alternativas ao plano de recuperação do governo. Uma delas seria a regulamentação e utilização da Lei Kandir, que isenta a cobrança de ICMS sobre os produtos primários e semifaturados na sua origem de produção, o que geraria recursos da ordem de R\$ 50 bilhões, no caso do Rio. Outra seria a revisão imediata das isenções fiscais das empresas inscritas na Dívida Ativa Estadual e das que não comprovarem a contrapartida exigida pela legislação.

“É preciso que o governo federal se comprometa com a normalidade das finanças do estado do Rio, até porque são governos do mesmo partido. O Muspe entende que, na verdade, os dois governos, federal e estadual, acabam usando essa crise como chantagem para fazer um remodelamento de Estado e não só ajudar o Rio de Janeiro. Aproveitam a crise para alterar o modelo de Estado, alterando também a própria condição do serviço público com privatizações e mudança de regime dos servidores”, diz o presidente da Associação dos Servidores do Ministério Público do Estado do Rio (Assemperj), Fávio Sueth, que esteve em Brasília integrando a comitiva do Muspe.

Pezão quer descontar 22% da aposentadoria dos servidores

Em Brasília, os representantes do Muspe conversaram, também, com o governador Luiz Fernando Pezão. O governador disse que não sabe o que irá fazer se o Congresso não aprovar o PLP com as contrapartidas, alegando que sem a venda da Cedae não conseguirá sanar as contas públicas. Para Pezão, nem o aumento da alíquota do desconto previdenciário do funcionalismo de 11% para 14%, como prevê o projeto, seria suficiente e afirmou que quer aprovar na Alerj o desconto compulsório de 8%, o significaria uma perda de 22% no salário dos servidores do Estado do Rio.

“A situação do governo Pezão é catastrófica. Ele não nos deu nenhuma perspectiva de calendário de pagamentos de salários atrasados nem do 13º e disse que não há nenhuma proposta que seja viável do ponto de vista do governo sem as contrapartidas. E essas são extremamente gravosas para os servidores”, diz Flávio.

Câmara aprova, mas projeto ainda tem que passar pelo Senado

Depois de adiada três vezes, a Câmara dos Deputados aprovou o PLP 343/17 que ainda segue para aprovação no Senado e caso haja alguma alteração terá que voltar para a Câmara.

O Muspe continuará acompanhando sua tramitação no Congresso e manterá o diálogo com os parlamentares no sentido de retirar do projeto as medidas que prejudicam o funcionalismo.



NDA MAIS AS CATEGORIAS

Defensores do projeto com contrapartidas tentam criar “CLIMA DE TERROR”

Durante os dias que estiveram em Brasília, os representantes do Muspe puderam observar que o discurso dos defensores do projeto era sempre com o propósito de criar um “clima de terror”. Não faltaram prognósticos de que o caos social se instalaria no Rio de Janeiro, caso o projeto não fosse aprovado.

Para o Movimento Unificado, o PLP do governo procura dar fôlego a governos estaduais corruptos que não têm mais condições morais para continuar à frente das administrações públicas.

A avaliação do Movimento é de que a atuação do Muspe foi fundamental no Plenário. “Muitos deputados citaram a presença do nosso movimento e leram para os presentes, em plenário, trechos do documento do Muspe com apontamentos para a saída do estado de calamidade do Estado do Rio. O Muspe acredita que a pressão em cima dos deputados surtiu o efeito esperado para o momento”, relata o Informe sobre acompanhamento do PLP 343/17.

A luta será na Alerj

Independente da aprovação do projeto no Congresso, sua implementação no Estado dependerá da decisão dos deputados estaduais. Isso significa que as categorias deverão estar prontas para novas manifestações e atos de pressão aos parlamentares na Alerj.

MEDIDAS ALTERNATIVAS

O Muspe afirma --que há várias outras maneiras de resolver o superendividamento do Estado sem que sejam contraídos mais empréstimos com venda de patrimônio ou arrocho salarial e outros prejuízos ao servidores e ao sistema público.

Uma delas seria a cobrança da compensação pela desoneração do ICMS sobre produtos primários e semimanufaturados exportados, conhecida como Lei Kandir, que deveria ser promulgada pelo governo federal. A lei aumenta a arrecadação de ICMS sobre produtos primários e semimanufaturados. Caso estivesse em vigor, de 2009 a 2015, o Estado teria arrecadado R\$ 55 bi., que significaria menos 57,1% da dívida atual de R\$ 107 bilhões (dados de 2016).

Mutirão de arrecadação

Poderia ser feito nos moldes do que foi feito pela prefeitura do Rio. Atualmente o Estado do Rio tem R\$ 66 bilhões em dívida ativa do setor privado. Com apenas 10% de sucesso na arrecadação através do mutirão teríamos mais uma receita de R\$ 6,6 bilhões.

Ou seja, mesmo com uma taxa de insucesso de 90%, o mutirão seria mais proveitoso que do que a venda da Cedae imposta pelo governo federal pactuado com o estadual, e sem mais endividamentos.

Revisão dos benefícios fiscais

Segundo os especialistas é necessário realizar uma auditoria completa nos benefícios concedidos pelo Estado, suspendendo os ilegais e ou que não resultem outros ganhos de receita e aderência a políticas de desenvolvimento econômico regional.

Modificações no método de cálculo dos royalties

O Rio produz petróleo em qualidade e densidade distintas das consideradas nos cálculos dos royalties e deve buscar, portanto, a aplicação pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) da nova metodologia. A atual crise é a justificativa perfeita para pressionar politicamente pela sua publicação, que deveria ter sido feita até o último dia 10 de março, por determinação do STF. O aumento anual de receita estimado, com a adoção da nova metodologia, seria da ordem de R\$ 1 bilhão.



Assemperj participa de ato contra a aprovação das contas do governo

Servidores exigem rejeição das contas do Estado por irregularidades e apontam saídas para a crise

Os servidores querem que o Tribunal rejeite a prestação apresentada pelo governo por este ter descumprido uma série de itens da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e também da Constituição.

Um deles foi o estouro de gastos com pessoal do Executivo: 61,63% sobre a receita corrente líquida (o teto é 49%). O percentual de aplicação em ações e serviços na Saúde foi de 10,35% sobre impostos e transferências legais, e o mínimo previsto pela Constituição é 12%.

“Diante de tantos escândalos e pessoas presas, inclusive do próprio TCE, não é possível aceitar a aprovação dessas contas”, disse Flávio Sueth, presidente da Assemperj, que esteve presente ao ato.

Na primeira semana de fevereiro, o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ) já havia aprovado uma recomendação ao governo do Estado para que altere o regime fiscal de controle da dívida pública estadual, consolidada em R\$ 106,15 bilhões, de acordo com registros no site da Secretaria Estadual de Fazenda em outubro de 2016.

O relator da recomendação, Marco Antonio Alencar, considerou insustentável o endividamento estadual. A decisão teve como base a auditoria governamental de inspeção extraordinária solicitada pelo tribunal.

Contrariando as falas do governo sobre a negociação da dívida dos estados com a União, em pauta no Congresso Nacional pelo PLP 343/17, o documento do TCE alerta que a obtenção de novos empréstimos pode deteriorar a situação fiscal.

Rio 2016 acentuou a crise

De acordo com o relatório do TCE, o Estado do Rio iniciou em 2010 um novo ciclo de endividamento, com autorizações para contratação de volumes expressivos em operações de crédito. Entre 2012 e 2015, foram R\$ 22,39 bilhões em empréstimos para o Estado do Rio. Deste total, 78,6% foram para custear despesas relacionadas aos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, contratadas em 2014 e 2015.

Ao avaliar a variação da sustentabilidade da dívida, o TCE-RJ encontrou resultados que apontam para uma dinâmica ascendente, o que leva à previsão de que a dívida pública vai alcançar 17,6% do Produto Interno Bruto (PIB) do Estado ao final de 2018. Se a aprovação do novo pacote na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) não vier com esforço fiscal, este problema poderá ser agravado.

A situação piora tendo em vista que o governo do Estado prevê para os próximos três exercícios (2017 a 2019) um déficit primário no valor de R\$ 33,63 bilhões. Para estabilizar esta trajetória, o TCE-RJ indica a realização de um adequado esforço fiscal, por meio da busca por superávit primário suficiente para manter a variação da dívida sob controle.

Indenização por deslocamento não cobre total de gastos de oficiais de notificação



Oficiais têm que percorrer longas distâncias em locais de risco e difícil acesso. Na foto, uma diligência dentro de uma comunidade na Baixada Fluminense.

Os técnicos do MPRJ da Área de Notificação recebem uma indenização de deslocamento em veículo próprio ou transporte público limitada a até 20% do salário base do servidor. O cálculo é feito com base em uma tabela que determina um valor por quilômetro rodado, limitado a 1000 km. O gasto com o trajeto percorrido que ultrapassar essa distância não é restituído.

Segundo o presidente da Assemperj, Flávio Sueth, que é um oficial de notificação, esse valor atinge, na maioria dos casos, no máximo, cerca de R\$ 900. A indenização não leva em consideração os gastos com estacionamento, pedágios, manutenção, eventuais danos e seguro dos veículos próprios. “Poderíamos então pensar em usar o transporte coletivo, mas em muitos dos locais visitados, especialmente em comunidades, municípios menores ou áreas rurais, não existe ônibus ou outro meio de acesso senão o próprio veículo”.

Outra perda em relação à indenização por deslocamento é que os oficiais precisam prestar contas dos valores recebidos e ainda incluí-los na declaração do Imposto de Renda. “Isso faz com que o valor final seja ainda menor. A Assemperj entrou com ação em 2014 pedindo a isenção da indenização no IR devido à sua natureza. Obtivemos liminar favorável para os associados no mesmo ano. Já houve ganho de causa em 4ª instância, só que, infelizmente, até hoje a administração não corrigiu a situação transformando a indenização em gratificação, alterando sua denominação”.

Atualmente, o MPRJ conta apenas com 71 servidores da área que atuam em todos os municípios e na capital do Estado. O cargo foi criado em 2003, mas apenas a partir de 2007 foram realizados concursos, com a abertura e preenchimento inicial de 50 vagas. A Administração criou o cargo para dar mais agilidade e eficácia na atuação do MP nas suas diligências. Mas, 10 anos depois, o número de oficiais continua muito aquém das necessidades de atuação do Ministério em todo o território estadual.

A função de técnico em notificações do MPRJ é semelhante a do oficial de justiça, principalmente na tutela coletiva. “A demanda aumentou muito na última década e a defasagem é grande. A falta de reconhecimento se resalta na precarização do cargo que cria uma perda de eficiência e efetividade da atividade fim do MP. Diante desse cenário de crise, se não diminuirmos a precarização e aumentarmos a base de servidores nessa área, a população sofrerá as consequências”, comenta William Andrade Duarte, também oficial do MPRJ.

O que querem os técnicos da Área de Notificações

- pagamento da gratificação de locomoção nos moldes da recebida pelos oficiais de justiça.
- gratificação de periculosidade.
- aumento do número de servidores para dar conta da extensão do território estadual, especialmente dos municípios não cobertos.

Servidores dos ministérios públicos de todo o país reúnem-se para debater unidade da categoria em nível nacional

A Associação Nacional dos Servidores do Ministério Público (Ansemp) realizou sua XIX Assembleia Geral Ordinária e Assembleia Geral Eleitoral com o objetivo de tratar de questões e temas de relevância aos direitos e interesses dos servidores dos ministérios públicos, como o direito constitucional à revisão geral e anual das remunerações, ações de controle de constitucionalidade, além de outras matérias que afetam os trabalhadores ministeriais.

A Assembleia foi realizada em consonância com a programação do III Encontro do Fórum de Trabalhadores do Ministério Público (Fórum MP) e da I Plenária Nacional da Federação dos Servidores dos Ministérios Públicos Estaduais (Fenamp), nos dias 26 a 29 de abril, em Natal (RN).

Os presidentes da Assemperj, Flávio Sueth, e do Sindsemp-RJ, Filipe Souza, acompanharam o evento, representando os servidores do MPRJ.

Fórum Nacional do Ministério Público

Entre os dias 6 e 7 de outubro de 2016, as entidades representativas e sindicatos dos ministérios públicos estaduais marcaram presença no 2º Encontro Nacional do Fórum do Ministério Público, que aconteceu na cidade de Curitiba, Paraná. Na oportunidade, representantes das mobilizações regionais e nacionais se reuniram a fim de deliberar questões da categoria. A temática abordada foi “Defesa da Democracia no Ministério Público Brasileiro”, que contou com palestras sobre o assunto.

“Tivemos uma reunião em que se alterou a formatação do fórum tornando-o uma entidade de debate, deixando a execução de suas deliberações para as demais representações: sindicatos e associações locais e nacionais como a Ansemp e a Fenamp. Além disso, houve atualização sobre as ações do fórum e encaminhamento de proposta de alguns sindicatos. Outro objetivo do evento foi o de integrar a categoria e discutir boas práticas para serem copiadas e elucidar algumas questões por meio de palestra”, afirmou o diretor Jurídico da Ansemp, Marcelo Nery.





Livro|CRÍTICA

POR DANIELLE SCHLOSSAREK

SERVIDORA DO MINISTÉRIO PÚBLICO, GRADUADA EM DIREITO (UFRJ)
E MESTRE EM LITERATURA BRASILEIRA (UERJ).

A necessidade de fabular – algumas considerações sobre a *A Hora da Estrela*, de Clarice Lispector



Clarice Lispector nasceu em 1920 e morreu em 1977, poucas semanas após a publicação de *A Hora da Estrela*. Em passagem que se encontra registrada na belíssima biografia publicada pela Cosac Naify, *Clarice*, de Benjamin Moser, a escritora explicou que: “antes de aprender a ler e a escrever eu já fabulava”. Como não poderia deixar de acontecer, a fabulação acompanhou Clarice até o fim. Na mesma biografia, conta Olga Borelli, escritora, amiga e secretária de Clarice, que enquanto se dirigiam para o hospital, ela disse: “Faz de conta que não estamos indo para o hospital, que eu não estou doente e que nós estamos indo para Paris”. É bastante significativo, portanto, que sua última obra publicada em vida trate justamente deste processo de fabulação. Não apenas porque foi seu ofício por tantos anos, mas também porque é um ato que se revela intrinsecamente necessário a qualquer ser humano.

A Hora da Estrela possui algumas peculiaridades que a distinguem formal e estilisticamente das demais obras da autora. Clarice Lispector cria um personagem, Rodrigo S.M., que representa o escritor em seu ofício criador e desenvolve uma estrutura narrativa capaz de sustentar a riqueza da metalinguagem e profundas considerações sobre escrita, representação e exclusão social.

Rodrigo S. M., este personagem-narrador, se dedica a contar a história de Macabéa, moça nordestina, solitária, inocente, que não se conhece e tampouco reconhece sua própria infelicidade. “Se tivesse a tolice de se perguntar “quem sou eu?” cairia estatelada e em cheio no chão”, diz Macabéa. Clarice desenvolve o romance em três sustentáculos, que se complementam: um é a história de Macabéa narrada por Rodrigo S. M.; outro é história de

Rodrigo S.M., narrador-personagem, que reconhece em Macabéa a miséria do outro; e um terceiro que discute o processo de criação da obra. Esses três eixos do romance se mesclam ao longo da narrativa, formando um todo complexo, que se utiliza de diversos recursos metalinguísticos, que refletem sua própria estrutura.

A história de Macabéa, contada por outra personagem, não é pura representação da vida de uma moça nordestina excluída, mas se mescla com a reflexão do que significa o próprio ato de criar, e mais especificamente, de criar uma alteridade tão diversa. *Clarice*, na voz de Rodrigo S. M., lança diversos questionamentos acerca do ato de criação. No início da obra, deixa claro que “enquanto eu tiver perguntas e não houver resposta continuarei a escrever”. Em outro momento, afirma que “não, não é fácil escrever. É duro como quebrar rochas. Mas voam faíscas e lascas como aços espelhados”. Desde ao “como?” até o “para que?”, nosso personagem-narrador busca respostas que não são óbvias, mas redundam na conclusão a que chega: “Quanto a mim, só me livro de ser apenas um acaso porque escrevo, o que é um ato que é um fato”.

Assim como *Clarice*, ou seu personagem, Rodrigo S. M., também em nossa rotina diária nos deparamos com a necessidade existencial de articular elementos da nossa realidade e reagrupá-los em um contexto novo e ficcional, capaz de transgredir os limites do real. Tal articulação se revelará, por fim, vital às relações humanas, porque é um ato através do qual buscamos enxergar aquele que é o outro. E para vermos, com novas lentes, esse outro perante o qual nos deparamos, fica a sugestão da leitura ou releitura, sempre necessária, de *A Hora da Estrela*, de Clarice Lispector, e de sua biografia, magistralmente escrita por Benjamin Moser, *Clarice*.



Cinema | CRÍTICA

Central

Por **CELSO RODRIGUES FERREIRA JUNIOR**

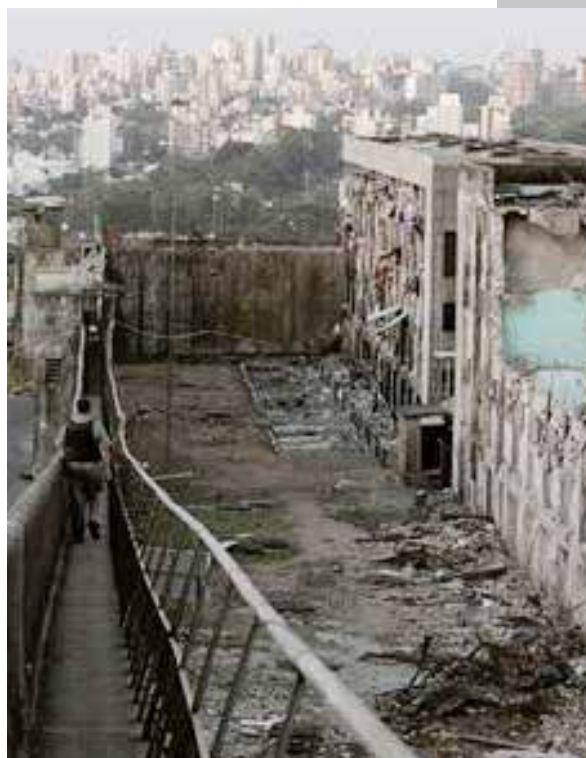
ANALISTA PROCESSUAL E COLABORADOR DO SITE ALMANAQUE VIRTUAL

O **Presídio Central** de Porto Alegre é um monumento à ineficiência do Estado brasileiro. Considerada a pior do país pela CPI do Sistema Carcerário em 2008, e uma das piores da América Latina, a prisão já foi objeto de denúncias junto à Organização dos Estados Americanos e segue a sua triste história de omissão estatal na ressocialização dos seus presos e no atendimento aos direitos humanos mais básicos.

Baseado no livro “Falange gaúcha”, de Renato Dornelles, que divide a direção com Tatiana Sager, “Central” se une a produções como “Sem pena” e “A gente” na tentativa de entender o cenário que conduz a essa situação. Superlotado, o lugar apresenta problemas de esgoto, energia elétrica, água encanada, alimentação e saúde. Os presos são tantos que as celas não podem mais ser trancadas, e eles transitam livremente entre as galerias. Incapaz de manter a ordem, a autoridade estatal é forçada a reconhecer lideranças criminosas, dando início a um processo de gestão compartilhada da segurança interna.

O filme alterna cenas captadas por sua equipe e pelos próprios detentos com depoimentos de pesquisadores, promotores e juízes, traçando um panorama sombrio da realidade carcerária porto-alegrense, mero reflexo da política de execução penal do país. Mais do que isso, ele revela o pouco empenho da sua administração na melhoria desse quadro, já que o lugar “não é o ideal, mas também não é aquele caos que a gente vê na TV”, ainda que se admita logo a seguir que “se houvesse uma rebelião, só um 2º Carandiru resolveria”.

Ao denunciar a má prestação de serviços públicos como uma das causas da violência urbana, e ao chamar atenção para o fato de que todo o sistema carcerário brasileiro foi construído sobre a ideia de que a segregação é a única solução para esse problema, “Central” realiza uma reflexão crítica e presta um auxílio relevante na compreensão de uma das mazelas mais graves do país.





ESCOLA DE DIREITO DA AMPERJ

O ENCAIXE PERFEITO DO NOSSO SISTEMA DE ENSINO COM OS SEUS PLANOS






• NOVAS TURMAS PRESENCIAIS

• COM PÓS-GRADUAÇÃO PELA UCAM (Universidade Cândido Mendes - opcional) • DESCONTOS ESPECIAIS PARA EX-ALUNOS E INSTITUIÇÕES CONVENIADAS

• TURMAS: REGULAR MANHÃ, REGULAR NOITE E REGULAR SÁBADO

• MATRÍCULAS ABERTAS • VAGAS LIMITADAS • ÓTIMOS ÍNDICES DE APROVAÇÃO • TEMOS OS MELHORES VALORES

COORDENAÇÃO ACADÊMICA DAS TURMAS PRESENCIAIS: PROFª FLAVIA BAHIA

Av. Graça Aranha, 57, 2º andar, Centro (RJ), CEP: 20030-002 Tel.: 2240-0593 / 2220-6118

www.escoladedireito.com.br - e-mail: escoladedireito@amperj.org.br



www.facebook.com/AmperjEscoladeDireito



www.twitter.com/EscoladeDireito



Assemperj e Procuradoria discutem cenário de crise e perspectivas



Representantes da Assemperj e do Sindsemp-RJ conversam com o secretário geral da PGJ sobre situação orçamentária da instituição

Na reunião regular com a PGJ, realizada no último dia 3 de abril, o Procurador-Geral Eduardo Gussem precisou se retirar do encontro para atender a uma emergência. A reunião prosseguiu com a participação do secretário-geral Dimitrius Viveiro Gonçalves e do chefe de gabinete, Virgílio Stravidis. Os servidores perguntaram sobre a situação do repasse do duodécimo constitucional, parcela do Orçamento que pertence ao Ministério. Dimitrius informou que o MP ingressou com mandado de segurança junto ao Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Rio (TJ-RJ) cobrando o repasse por parte do governo do Estado. A parcela é referente ao mês de março e está estimada em R\$ 92 milhões. Esse recurso cobre todas as despesas do órgão com fornecedores, manutenção, contratações e o pagamento dos membros e servidores.

Segundo o procurador, o fundo de reserva do MP está equilibrado, no entanto, é necessário olhar com cautela para os gastos por conta da situação financeira difícil por que passa o Estado. "Os fundos são constituídos e balizados por lei e têm finalidades específicas. Esses recursos não podem ser reconstituídos. Uma sobra de orçamento não pode, por exemplo, ser alocada sem critérios

muito firmes. Nosso orçamento e patrimônio é fruto de uma história de construção da instituição", disse,

O procurador comentou também que, infelizmente, pelo momento crítico pelo qual todos estão passando, há uma inversão de valores e aquilo que seria direito passa a ser tomado como um privilégio.

Apesar de os membros e servidores estarem com seus salários regulares, para o procurador, o cenário pode piorar. "Começamos a ter problemas desde janeiro, sem repasse integral. Em março, houve só parcial", alerta, chamando a atenção para que se a situação financeira do Estado não for sanada, até mesmo a instituição poderá ter problemas com sua folha a partir de julho. "A PGJ está tomando todas as cautelas para que os servidores não sejam afetados por esse cenário. Estamos cogitando, inclusive, ir a Brasília com o TJ para tratar da crise".

Convocação de concursados

Os representantes da Assemperj solicitaram informações sobre a contratação dos concursados em últimos certames. A entidade espera que os cargos sejam preenchidos com os concursados para que se atenda à demanda da instituição e seu pleno funcionamento.

Teletrabalho

Os representantes das entidades também trataram da implementação do teletrabalho no MP, cuja regulamentação ainda está em fase de estudo pela administração. A procuradoria informou que ainda não fechou questão sobre a forma como será implementada a nova modalidade. "A abrangência das atividades é muito complexa, tudo muito novo nesse primeiro momento. Também há muita preocupação sobre que olhar a sociedade terá sobre a questão. A conclusão que estamos chegando é que a introdução do teletrabalho deve ser gradual, de forma não apressada e respeitando a heterogeneidade da instituição", avaliou Dimitrius.

Os representantes da categoria relataram que há muita preocupação entre os servidores quanto à possibilidade de haver uma intensificação do trabalho, apesar deste passar a ser feito da residência do funcionário. Para a Assemperj, há necessidade da criação de critérios objetivos para a constituição do teletrabalho, a fim de não penalizar ou sobrecarregar nenhum servidor e de se padronizar alguns procedimentos, para evitar possível assédio por parte de chefias.

Tanto a procuradoria como a direção da Assemperj esperam que o teletrabalho promova uma economia de custos para a instituição que possa se reverter em melhorias para o serviço prestado à população. No entanto, a Assemperj questionou o fato de que, em suas residências ou em trânsito, os servidores em regime de teletrabalho passarão a ter um gasto a mais com a manutenção de equipamentos e energia para a realização de suas tarefas.